

... nova esquerda

• notas

Fundação Cuidar o Futuro



1980

MARIA DE LOURDES PINTASILGO

PRIMEIRO MINISTRO

Fundação Cuidar o Futuro

- conceitos em deriva ... verdade de:

- enfuro
- socialismo
- social-democracia
- democracia

Hh
Sik.

- "fazer do PS o fulcro de renovação de toda a exp. de democrática" - V. Comt.

- "Não haverá aí um h g me ame?"

vs. pensamento em circuito fechado: só usamos as soluções já conhecidas

"Como gerará o sistema as soluções políticas pvas
seu necessárias?" - são programáticas
& institucionais

levantam sociológico (Zemba):

~~A~~ "Redemandando-se de várias orientações filosóficas ou políticas, repartindo-se por vários partidos e ass. políticas, grupos e centros de reflexão - - -"

B "respeito exemplar pelo direito à diferença"

C "está a beber o diálogo entre todos s/a preocupação de alcançar fessões ou adesões!"

D "linguagem do rigor e da realidade do Portugal de hoje no h do de hoje"



ética de alianças e a de que o PS deve ser Oposição durante a presente Legislatura. Isso não é tão claro na moção Arnaut-Zenha. Se nesta se recusa a partilha directa do Poder, nem por isso se rejeita a partilha indirecta. A crítica não tem fundamento. Se me pergunta, no entanto, em que sentido devemos caminhar, sobretudo depois das eleições de 1984, e se elas forem favoráveis ao PS, teremos nesse caso de considerar duas hipóteses: ou se trabalha para dividir a sociedade portuguesa em dois blocos contrapostos ou se trabalha para impedir que cristalizem esses mesmos blocos e se evite o afrontamento. A minha tese é a de que se deve evitar a divisão da sociedade portuguesa entre direita e esquerda. A posição de Mário Soares é muito semelhante ou mesmo idêntica, se bem interpretado. Hoje e até 1984 a AD existe, é maioria e governo. A AD é a expressão política do negócio pelo negócio; da indesejada vontade de tudo partidizar e politizar na vida administrativa, social e económica do País; da aposta em fazer liberalismo na sociedade civil à custa do Orçamento Geral do Estado. Antes de eleições houve benefícios sociais e contenção artificial da inflação. Sem eleições à vista, adopta-se um absurdo tecto salarial correspondente a uma alegada taxa de inflação em que ninguém acredita e os factos desmentem e desmentirão. Sem dúvida, o Governo é em muitos aspectos simpático: simpático, educado e tolerante o primeiro-ministro e vários outros membros do Executivo. Mas, na prática e no conjunto, este Governo é algo que parece nem sequer existir; dá a sensação lamentável de hesitar, hesitar e ficar bloqueado pela própria sombra ou pela realidade de que é sombra. É um Governo-sombra. Espero, contudo, que a remodelação o não torne mais sombrio.

Não há o risco de prepotências

«DN» — Voltamos um pouco a trás. Aceitando como válida a feição conciliatória que atribui à moção Soares, o mesmo não se poderá dizer da proposta de revisão dos estatutos. Segundo os críticos desse projecto, Mário Soares pretenderá ser «um monarca» no PS.

MSC — Essa expressão não tem nenhuma espécie de fundamento. O secretário-geral, eleito pelo congresso, obviamente responde perante ele, do mesmo modo que o Presidente da República, eleito pelo País, responde perante o País. Está,

também, claro que o órgão supremo entre congressos é a Comissão Nacional. Não há, assim, nenhuma espécie de monarquia...

«DN» — Mas o reforço dos poderes do secretário-geral pode contribuir para gerar prepotências...

MSC — Não me parece que haja qualquer modificação estatutária que nos faça correr esse risco, independentemente de ser Mário Soares ou outro o secretário-geral do partido. Reparo que a moção Arnaut-Zenha prevê uma coisa que, essa sim, é muito grave, ou seja, a eleição maioritária da Comissão Política. Ai, sim, é que há o propósito de impedir a expressão das minorias. No projecto de Mário Soares há o acolhimento do princípio da proporcionalidade. E, na verdade, as minorias têm sempre um papel importante nas sociedades humanas e inclusivamente nos partidos políticos.

«DN» — Deverá, então, o PS manter uma imagem com várias «sensibilidades»?

MSC — Com certeza. Em teoria, ninguém defende que o partido seja monolítico. Na prática há, de facto, pessoas que o têm querido tornar monolítico — mas não é o caso de Mário Soares.

Um socialismo de distribuição

«DN» — Acha então que o PS deve despir-se de uma certa inspiração marxista que traz da origem?

MSC — O PS tem, ainda, grandes contradições no plano do seu discurso e no plano da sua actuação. Esse problema, contudo, não é o que nos vai ocupar no congresso. Não é isso que está em causa. Esse debate ficará, provavelmente, para um próximo congresso.

A minha opinião é a de que o PS já iniciou, por força das circunstâncias, uma evolução em sentido inverso ao da linha do pensamento marxista. Essa evolução há-de continuar. Até aqui, tem-se feito com má consciência e por isso se tem resvalado nos erros que decorrem da má consciência. O PS tem de adoptar uma atitude diferente: não pode ser um partido colectivista, que transige em não ser colectivista; tem de ser um partido das grandes reformas sociais, um partido empenhado num socialismo de distribuição, de algo que é muito mais avançado na ordem da justiça social do que o socialismo colectivista. Se eu sou partidário de um socialismo de distribuição e contrário ao socialismo de colectivização não é porque entenda ser a

colectivização uma forma excessiva de justiça, mas porque a considero uma forma insuficiente e ilusória de justiça social... Mas também é necessário não trocar o fantasma do colectivismo democrático pela miragem de um missionarismo social ou de um colectivismo de direito divino, que está a fazer a glória de algumas pessoas simpáticas. É também uma glória efémera, bem mais efémera e inconsistente do que a do marxismo. O marxismo, embora especulativo na ordem filosófica, cultiva em parte um certo, mesmo se distorcido, sentido do real.

«DN» — Qual pensa que será, nesse caso, a trajectória do PS a partir do congresso e até 1984?

MSC — A vitória do dr. Mário Soares significa uma clarificação de ordem tática. O Partido Socialista vai ter de enfrentar numerosos problemas: da sua própria convivência interna, da sua organização, do seu relacionamento com os movimentos dos trabalhadores e o mundo cultural, da sua imagem perante a sociedade, da sua posição de partido da Oposição que se prepara para construir uma alternativa de Governo. Espero que o PS consiga, depois desta prova interna de democracia, desta experiência de debate interno, encontrar um caminho mais rico do que aquele que tem podido trilhar. Na verdade, passar por esta situação como esta é uma novidade em Portugal. Todos os grandes partidos têm as suas dificuldades internas. Isso é salutar e é natural. Mas nós, socialistas portugueses, passamos por uma prova sem precedentes na nossa democracia. Pela primeira vez, as divergências internas de um partido passam-se, inteiramente, à luz do dia. Todo o processo que atinge, agora, a fase de decisão democrática, no congresso, é conhecido. O facto de esta competição interna e democrática se ter travado perante o País é lição para nós próprios e, porventura, exemplo para outros. Estou convencido de que a partir daqui nos assumiremos, todos, como pessoas mais responsáveis e menos dispostas a brincar com jogos de poder. Vamos adquirindo o sentido da responsabilidade que todos devemos ter como políticos. Por isso penso que o PS vai sair deste congresso reforçado. Há condições objectivas para isso e espero que a etapa que falta percorrer não venha prejudicar esse potencial de renovação, que se adquiriu ao longo destes meses de concorrência no interior do Partido Socialista.

«DN» — E depois da vitória de Mário Soares no congresso e dada a posição que o mesmo assumiu no processo de recandidatura do general Eanes, como pensa que irão processar-se as relações entre o PS e o Presidente da República?

MSC — Com normalidade, como disse Mário Soares.

«DN» — Uma esponja sobre o que ficou para trás?

MSC — Não creio que, em política, existam esponjas. Nem se podem passar esponjas sobre factos com o relevo que esse teve. Mas penso que essa questão está encerrada. Já não existe. Tanto o Presidente da República como o secretário-geral do Partido Socialista são pessoas com grandes responsabilidades, embora a diferentes níveis; saberão entender-se, nos termos em que se devem entender, para que a democracia, em Portugal, viva normalmente. Um é Presidente da República e, por consequência, o Presidente de todos os portugueses; outro é o secretário-geral do PS, o maior partido da oposição ao actual Governo; que por sinal leve e continue a ter a confiança política presidencial.

«DN» — Significa isso que não ficaram sequelas, mesmo de carácter pessoal, a escombrar essas relações?

MSC — Tanto o general Ramalho Eanes como o dr. Mário Soares são pessoas com suficiente maturidade política para que isso não tenha qualquer espécie de efeito nos seus comportamentos políticos futuros. Mesmo considerando aspectos subjectivos, não podemos esquecer que são dois vencedores. Eanes não teve o apoio de Mário Soares mas foi eleito. Mário Soares foi combatido, em nome da versão Arnaut-Zenha do tão glosado «anismo», mas vai vencer também. Nada existe que possa opor Ramalho Eanes e Mário Soares. Não será certamente o desfile frenético ocorrido na Avenida da Liberdade. Quem não sabe que o número de correntes «eanistas» importantes é superior aos dos grandes e pequenos partidos com assento na Assembleia da República?

(a Nova esp.^{da}) é heterogênea em termos de pensaf
B mas possui condições de homogeneidade política"
(M. Couto)

E "acabar p. sempre c/ a prevenção do 25 de Abril"
V.G. Feu.

A "a alternativa somos nós todos q̄ n̄ queremos
o desvirtual/ d' combituex"

E "deparamos c/ pessoas q̄ pensam q̄ se deveis ^{procurar}
a todo o transe um campo claro de entendif
entre os adeptos do socialismo democrático; tal
como ampla/ o propiciar o quadro oferecido
pelo Const. de 76"
Henr. Barros

F "assegurarse o ensaio de soluções social/avanzadas
p. os problemas do n. país ---"

F "uma alternativa q̄ integre um conjunto de
propostas transformadoras p. os vários planos
d' vida portuguesa / copar de conseguir em vez
de dividir ---"
J. Sampsaio

G "um momento daquele tipo deve ser um
resultado de múltiplas iniciativas q̄ o devem
anteceder"

H "apresentando-se como uma organizaçã
transitória e c/ uma estrutura flexível,
poderse vir a desempenhar um ^{útil} papel
~~atit~~ nas eleições q̄ se auzilham ..."

Prof H Barros

Fundação Cuidar o Futuro



Duas perspectivas diferentes sobre o congresso do PS

Em entrevistas ao "DN", Sottomayor Cardia e Salgado Zenha analisam o congresso dos socialistas que hoje se inicia em Lisboa

Com uma participação que poderá ultrapassar os dois milhares de presenças, começa hoje, em Lisboa, o IV Congresso Nacional do Partido Socialista, no qual, e pela primeira vez, se confrontam, abertamente, duas das principais «tendências» existentes naquela formação política.

O confronto principal resultará da discussão da estratégia a adoptar, particularmente no que respeita às duas principais moções apresentadas: uma, subscrita pelo secretário-geral, Mário Soares, e outra, identificada com o Secretariado Nacional, personalizado em Salgado Zenha e António Arnaut.

Uma das personalidades apoiantes das teses de Soares, Mário Sottomayor Cardia, concedeu uma entrevista ao «DN», na qual se refutam as acusações de prepotência que têm sido dirigidas ao líder socialista pelos seus opositores. Por outro lado, Salgado Zenha critica o comportamento político do secretário-geral do PS e as propostas por ele apresentadas.

27

Sottomayor Cardia:

“Soares é a negação do autoritarismo”

Fundação Cuidar o Futuro

Encarnação Viegas

A crítica que Mário Sottomayor Cardia faz ao secretário-geral do PS é a de que «ele nunca assumiu uma atitude de poder correspondente às funções». Para o antigo ministro da Educação, que surge, de novo, na ribalta política, «Soares é a negação do autoritarismo», e, na entrevista que concedeu, dois dias antes da realização do congresso do seu partido, devolveu as acusações feitas àquele, de pretender ser um «monarca», sublinhando que, «se alguém se comportou como dono e senhor no PS foi uma parte do grupo que sustenta a moção, dita do secretariado nacional».

«DN» — Depois de um período em que viveu numa certa penumbra política, surge identificado com as posições que Mário Soares irá defender em congresso. Quer justificar essa atitude que, supomos, assenta nas virtualidades que reconhece aos documentos subscritos pelo secretário-geral do seu partido?

MÁRIO SOTTOMAYOR CARDIA — Dei o meu apoio à moção de Mário Soares por ter concordado com o essencial do que nela se contém.

«DN» — É o que é para si o essencial da proposta?

MSC — Não vou repetir o que já tenho escrito e dito. Em síntese, o essencial parece-me ser um grande sentido de responsabilidade política e um apelo à moderação.

«DN» — Mas isso contraria as leituras feitas por outras áreas, que lhe atribuem intenções de prepotência, esperando-se, mesmo, que no congresso possam «rolar cabeças»...

MSC — Referia-me ao conteúdo político da moção e não a aspectos de ordem orgânica do partido. Mas se me interroga quanto a estes, dir-lhe-ei que a realidade é inteiramente o contrário do que sugere a sua pergunta. Na verdade, se alguém se comportou no PS como dono e senhor foi uma parte do grupo que sustenta a moção dita do secretariado nacional. A grande crítica que, nessa matéria, faço a Mário Soares, é a de que ele nunca assumiu uma atitude de poder correspondente às funções. Mário Soares é a negação do autoritarismo. Ora quando vejo pessoas que deram provas de serem autoritárias — e autoritárias sem nobreza de espírito nem elevação de propósitos — criticarem Mário Soares por ser autoritário, não posso, na verdade, acreditar na sinceridade

dade desses ataques. E, muito menos, na procedência da acusação.

«DN» — No entanto, em dada fase do processo e, em particular no que respeita à candidatura do general Eanes, esteve em oposição a Mário Soares...

MSC — Nessa ocasião estive em divergência com Mário Soares; assumi uma posição substancialmente diversa da sua. Mas não foi a única vez... Aliás, eu procuro ser fiel às minhas ideias e leal com os meus compromissos, procuro lutar pela concretização dos objectivos que tenho como justos — não sou dependente de nenhuma pessoa. A minha fidelidade em política é tão-somente para com as minhas convicções e para com os meus compromissos públicos.

«DN» — Poder-se-á concluir, então, que essa adesão resulta de uma identidade comum, relativamente a uma aproximação com forças políticas situadas à direita do PS, acusação que recai sobre o dr. Mário Soares e, inclusivamente, lhe foi feita, aquando da sua passagem pelo Ministério da Educação?

MSC — Falamos de coisas sérias e não de anedotas. Se há coisa clara na moção de Mário Soares em relação à po-

C' "Estou seguro q o PS n dispensará o enriquecimento e a dinâmica política e social a crescer de q uma esp.^{da} democrática ampliad e s/ complexos pode representar" J. Saiz

A' "A afirmação de grupos locais, regionais, culturais ou políticos, e/ ou s/ vinculações ou alianças face aos partidos existentes é, em si mesma, um fenómeno positivo" J. Saiz

A' "Em termos de riqueza ideológica, política e cultural, a multiplicidade de estruturas e iniciativas é franca/ descentralizadora e, por isso, positiva."

"...a tentos independentes q desejam dar um alcance útil Fundação Cuidar o Futuro político não alinhado"

D "(tendo em vista) romper decisiva/ e/ou vácuo q geraram o "vazio" de q alterações políticas universais p se nos depara" Sá

C' "(é il-prescindível) q todas as forças pteles cadrs na manutenção do regime e na defesa de uma verdadeira democracia pluralista, criem nova ou novas realidades políticas a partir de uma dinâmica exterior às actuais formações partidárias." Sá



Carlos Macedo aceita debate sobre saúde ¹⁷

O ministro dos Assuntos Sociais, Carlos Macedo, aceitou ontem participar num debate público sobre questões de saúde. A iniciativa partiu da bancada do Partido Comunista no decorrer da interpelação ao Governo sobre saúde, que ontem terminou no Parlamento. Entretanto, o Partido Socialista, através de António Arnaut, fez saber que esperava, também, participar em tal debate, uma vez que fora o autor da lei sobre o Serviço Nacional de Saúde.

Na parte da manhã assistiu-se a 13 intervenções, cabendo sete a deputados da maioria e as restantes à oposição.

Pela parte da oposição, duas intervenções se destacaram: a do socialista Fernando Verduasca e a do comunista Emílio Peres. O deputado socialista centrou a maior parte da sua intervenção sobre a intenção do Governo de integrar os Serviços Médico-Sociais nos centros de saúde. Em sua opinião, tal política será impossível de pôr em prática a não serem tomadas medidas de fundo que a viabilizem. Perguntou, por exemplo, a dada altura, «se em 1979 os centros de saúde prestaram 994 446 consultas de pediatria e os SMS 1 777 262 consultas, como será possível fazer todas estas consultas nos novos centros?»

Por seu turno, o comunista Emílio Peres debruçou-se sobre questões relacionadas com a assistência medicamentosa, tendo perguntado como «pode o País continuar a importar mais de 40% do valor dos medicamentos que consome». O mesmo deputado debruçou-se também na questão do Formulário Nacional de Medicamentos, tendo defendido a ideia de o ir progressivamente limitando nos medicamentos realmente válidos e seguros.

Da parte da maioria, a intervenção mais saliente deste período dos trabalhos coube ao democrata-cristão Oliveira Dias, referindo que os comunistas, com aquela interpelação ao Governo, pretendiam demonstrar que a culpa dos problemas existentes no sector da saúde cabiam exclusivamente à Aliança Democrática e ao eleitorado que lhe atribuiu maioria parlamentar. Mas Oliveira Dias observou que esse o eleitorado tivesse vo-

tado em termos de governar uma maioria que desenvolvesse uma política sanitária de acordo com as opções do Partido Comunista, os indicadores sanitários em Portugal teriam registado, em 1980, um progresso espectacular em relação aos níveis procedentes, e em relação, também, aos níveis internacionais, e neste ponto é que começam os sofismas do PC, as nossas dúvidas e a nossa crítica.

Ao explorar algumas dessas dúvidas, Oliveira Dias perguntou «se a política de saúde do PC é a política de saúde do PS ou se, inversamente, a política de saúde do PS é a política de saúde do PC?»

Segundo Oliveira Dias, «do partido interpellante ficam apenas as palavras», acrescentando que «a demonstração de que é possível haver melhores cuidados de saúde em Portugal, será feita em realidades, pela actuação do Governo da AD».

● PROGRAMA PARA SECTOR DA SAÚDE

De tarde, assumiu particular significado uma intervenção de fundo do secretário de Estado Paulo Mendo, no decurso da qual anunciou as bases do diploma que a Aliança Democrática vai apresentar, brevemente, à Assembleia da República, sobre a política governamental nos múltiplos e facetados domínios da saúde.

Assim, Paulo Mendo revelou que o actual Governo se propõe: organizar os cuidados primários e preventivos deste país; criar as administrações regionais de saúde, como órgãos descentralizados e responsáveis nas suas regiões por toda a área da medicina extra-

hospitalar; definir as carreiras profissionais; implementar uma administração hospitalar responsável e com grande autonomia; fazer com que a carreira e clínica geral seja apoiada, segura e digna; continuar a descentralizar e apoiar o ensino da enfermagem e dos cursos post-base, juntando em instituto de formação post-graduada os cursos actualmente concentrados na capital; implementar o serviço de informática de saúde, como rede indispensável a um bom gestão, informatizar o repositório dos medicamentos de modo a ter, em tempo útil, a sua facturação, a distribuição já por distritos e o perfil médico, acabando-se a receita anónima, que será substituída por uma devidamente personalizada e que responsabiliza quem a passa; criar circuitos mais fáceis de ligação e funcionamento entre os serviços de planeamento, programação e execução de obras; criar, a nível central, um departamento encarregado do estudo e implementação de medidas disciplinares da área da farmácia e medicamentos; reestruturar a SES, de modo a dar resposta eficaz à nova organização da periferia; desenvolver o Instituto Nacional de Medicina Médica, a fim de permitir modificar a assistência e transporte de feridos ou pessoas acometidas de doença súbita; e, finalmente, aproveitar a ENSP para aumentar os cursos, reformular programas e descentralizar.

● RESPOSTAS DA OPOSIÇÃO

A Oposição não tardaria a responder ao secretário de Estado da Saúde, por intermédio do deputado socialista António Arnaut, o qual

acentuaria que o seu partido jamais contribuiria para uma maioria de dois terços necessária, para banir o que a Constituição actualmente expressa nesta matéria.

O deputado Jaime Ramos (PSD) proferiu depois uma das mais polémicas intervenções deste debate, que classificou de «desequilibrado», porque «de um lado estava uma equipa da primeira divisão, o Governo, e do outro uma equipa da 3.ª divisão distrital, o PCP».

«Como afirmou o deputado Arnaut — recordou Jaime Ramos — o povo português tem o Governo que quer: eu lamento que não tenha a Oposição que merece».

Voltando a referir-se à bancada socialista, e ao próximo congresso do PS, o deputado social-democrata observaria: «Parte da oposição democrática até se dignou aproveitar este debate para lançamento de figuras do seu partido, em autêntica campanha eleitoral para as suas secundárias».

- F "construir um projecto politico global q̄ responde às aspirações da maioria do povo português"
César
- F "saber se é possível construir ou não um projecto politico,
F saber qual o seu conteúdo e objectivos,
verificar até q̄ ponto esse projecto politico é susceptível de fundar uma prática politica inovatória e criativa."
- H "Há q̄ encontrar outras soluções q̄ podem ser múltiplas."
- F "as forças da mudança, as forças socialistas não, ou a de tudo, de trabalhar num processo colectivo de elaboração e impulsão de um projecto político de sociedade"
F. Ferreira
- "(se conseguir) obter a melhor dose de do utópico e do pensato, do diverso e do homogéneo"
David





PATRIOTISMO

Por JOAQUIM PACHECO NEVES

CDM uma exaltação pouco canónica em debates parlamentares, um ilustre deputado (na gíria da Assembleia da República todos são ilustres deputados), para pôr em evidência o seu patriotismo e o do partido de que é arauto, falou nos anos de cativo que sofreu durante o consulado salazarista e das perseguições que vitimaram muitos daqueles que consigo militavam na Oposição. Foi uma cena tocada por uma histeria confrangedora a que todo o País assistiu por decisão de TV, não sei se para mostrar em que termos de convívio fraterno decorreram os trabalhos na Assembleia, se para pôr em evidência a excelência do berro como forma de intimidação, já que não pode ser de convencimento.

É evidente que todos os cativos e perseguições são de lamentar, sobretudo aqueles que resultam de discordâncias de ideias e de oposições políticas. Privar alguém de liberdade, só porque pensa desta ou daquela maneira, ainda que em nome dos sagrados interesses da Nação ou defesa da legitimidade do Poder, é estrangular a liberdade de pensamento e tentar meter os homens entre varais, para que o medo não deixe transpirar a verdade nem as discussões agitar o charco podre da corrupção e do mau exercício do Poder.

O que é preciso é não confundir patriotismo com actos de violência reprováveis ou com conspirações que se propõem derrubar os Governos legalmente constituídos e democraticamente eleitos. A ETA fala em patriotismo quando deixa atrás de si um rasto de sangue inocente e de luto; as BRIGADAS VERMELHAS também é por patriotismo que raptam, aterram, matam, a IRA assalta bancos, esboia bombas, provoca ciladas, espalha sofrimento em certo período da nossa jovem Democracia e prender-se sem culpa formada, violar o direito de homicídios, matar, agredir-se, deixaram-se indelicados, incommunicáveis durante largos meses não sei se também por patriotismo, mas, com certeza, para dar vésio aos insíntos, mais

primários dos que detêm o Poder e o manejam como uma arma de intimidação e terror. Foi um período negro da nossa história de que já não se fala, mas que atingiu uma ferocidade igual àquela que vitimou as Oposições quando a PIDE campeava livremente, a sombra de um autoritarismo que deixou largas cicatrizes no povo português.

O patriotismo, a meu ver, não está na devoção tonta que se milita neste ou naquele partido, nem no apregoar de sacrifícios que por ele se fizeram, nem nas penas que se sofreram por um ideal que pode não ajustar-se com os interesses superiores da Pátria. Estou a lembrar-me da juventude anárquica de Aquilino Ribeiro, fabricante de bombas artesanais, que não eram certamente para brincar aos cheiros e na que escapou ao quarto de um camarada len que finalmente atingisse o escritor. Poderia qualquer Governo deixar impunes estas actividades lesivas de uma sociedade organizada e de consequências que tanto podiam atingir o visado, neste caso o conselheiro João Franco, como pessoas inocentes? Poderá aceitar-se este processo reivindicativo de mudança de instituições só porque se tratava da figura de um ditador, tão permissivo e tolerante que largou o Poder sem nenhum constrangimento, apesar de dispor de tudo e possuir força suficiente para o manter? Por acaso as regras da Democracia modificam os seus parâmetros conforme a qualidade de Governo que se pretende atingir? Poderá ela servir-se da bomba, do assassinato, da conspiração, para atingir um estado de graça que a conduza ao Poder?

Aquilino Ribeiro não foi preso porque fugiu. Quando se meteu na aventura de fabricar bombas, sabia muito bem o risco que corria e as penas a que se sujeitava. E fazia-o por patriotismo? Segundo o ângulo que ele ocupava no terreno político, não tinha quaisquer dúvidas de que todas as suas actividades eram pausadas pelos bons serviços que patrioticamente prestava à Nação, tal como mais tarde a Carbonária e ainda aque-

les que intervieram na noite sangrenta do 18 de Outubro. O que pergunto é que diferença faz a atitude do escritor daquela que cerca de oitenta anos mais tarde é a praticada pelo IRA, pela ETA e pelas BRIGADAS VERMELHAS. Não pretendem modificar pela intimidação uma sociedade que não assenta nos padrões ideológicos por elas defendida? Não se propõem derrubar governos democráticos pela violência, pela ameaça, pelo assassinato? Que diferença faz um tiro na nuca de uma bomba que se deixa num recipiente de plástico, junto do qual passa toda a gente? Apenas a de que o tiro é dirigido a um alvo escolhido previamente, ao passo que a bomba atinge indiscriminadamente os alvos, embora a intimidação seja igual?

O ângulo de um Governo ao julgar e condenar estas atitudes de violência, que nada têm de democráticas, é diferente e procura eliminá-las prendendo quem as assume, assegurando-os em prisões que tudo podem ser as do Terrafal como de Custóias. Para o caso, é apenas uma questão de mais sol ou mais sombra. O que importa, é saber se o patriotismo se mede pelo tempo que se passa preso ou se pelos actos meritorios que se praticam em defesa e engrandecimento da Pátria. No primeiro caso, que país poderemos vir a ser? No segundo, não seremos um país digno e altamente louvado?

Não foi uma cena edificante aquela que a Televisão mostrou ocorrida durante uma das sessões da Assembleia da República. A exaltação, apoiética e descompostada de qualquer deputado é sempre lamentável, para quem tem de mostrar equilíbrio, compostura e moderação. O tempo dos berros, dos insultos, das ameaças, das confrontações, das cartelas partidas, já passou. Somos ou não somos um povo exultante, que na educação e no respeito encontra justificação para a Democracia que criou? Se somos, há que moderar os impulsos descontrolados por respeito próprio e consideração alheia. Se a dignidade dos homens se mede pela sua conduta, a boa educação revê-se pela forma como se procede. Esquecer uma é outra e dar razão aqueles que afirmam que o nosso lugar é ainda no Terceiro Mundo.

começo et duas histórias:

Há 3 semanas... Soure → micio

Na semana passada... Avignon → macio

A experiência passada permite-nos desenhar o que queremos. A estrutura social reorganiza-se constantemente. Não somos sócios de clubes. Somos construtores

→ experiência do período de 80 e 90
continua a TRS: soluções avançadas e inovadoras

Fundação Cuidar o Futuro



Xeque ao Rei

SUCEDEM-SE os atentados em Madrid e os Espanhóis interrogam-se sobre o futuro das instituições democráticas a que tão tardia e dificilmente tiveram acesso. De um lado, são os que se identificam com Tejero a reclamar a reposição do autoritarismo; do outro lado, embora para o caso talvez estejam do mesmo, são os terroristas da ETA que vão abatendo friamente os oficiais do Exército. A conspiração prossegue assim, conduzida por mãos que se dizem ora da direita ora da esquerda, mas que se juntam num objectivo claro de retorno ao antigo regime.

Para mal da democracia, de pouco adiantará dizer-se que se trata de franjas numericamente pouco significativas da sociedade espanhola se quisermos fundamentar qualquer certeza em relação ao futuro. Porque o grito que se ouve frequentemente em Espanha nas manifestações de extrema-direita — «com Franco não se assassinavam os militares» — pode, a qualquer momento, alastrar pela população de modo a fazê-la suspirar por dias mais calmos — seja qual for o regime que os traga —, e a criar, assim, um clima propício ao desencadear de uma outra tentativa de maior fôlego. Não sendo o argumento tão frequentemente invocado de que os golpes de Estado precisam, senão do apoio, pelo menos da conivência internacional, se poderá tomar por definitivamente tranquilizador nos tempos que correm. A história recente mostra exemplos de sobra para concluirmos que, depois dos

factos localmente consumados, qualquer outro país ou mesmo organismo não tem meios ou condições para ir muito além dos bem intencionados protestos ou recomendações. E quem sabe até se determinadas potências — caso dos países do Pacto de Varsóvia — não ficariam, no fundo, aliviadas com o adiamento da entrada de Espanha na NATO, que se verificaria se a ditadura se reinstalasse.

A crise que as instituições democráticas espanholas atravessam hoje é, pois, um facto que já ninguém poderá iludir e cuja evolução só os Espanhóis poderão evitar. Aquando da última tentativa de golpe, o papel do rei foi determinante na sua contenção. O fiel da balança inclinou-se a favor da democracia, mas não se sabe até onde tiveram de ir as negociações de Juan Carlos. Ontem, em Madrid, um atentado visou directamente o chefe da Casa Militar do rei, que assegurava também as relações da Corte com as Forças Armadas. É uma coincidência, mas é também um símbolo daquilo que podem visar os opositores do regime: cortar os laços do Exército com o chefe de Estado, laços que fizeram gorar os intentos de Tejero, permitindo-lhe assim a sobrevivência da democracia. Mas, neste momento, a interrogação que se levanta é a de saber até quando poderão o rei e o regime manter a confiança das populações que, dia após dia, os reconhecem cada vez mais impotentes para impedir a vaga de atentados.